



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

ANA CLARA VARELA BORGES

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL *VERSUS* DESEMPENHO
FINANCEIRO: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO**

Brasília, DF
2025

ANA CLARA VARELA BORGES

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL *VERSUS* DESEMPENHO
FINANCEIRO: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia ou Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Responsável:
Prof.^a Dra. Ducineli Régis Botelho

Linha de pesquisa:
Contabilidade Financeira

Área:
Contabilidade Financeira

Brasília, DF
2025

CIP - Catalogação na Publicação

VV293q Varela Borges, Ana Clara.
QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL VERSUS DESEMPENHO
FINANCEIRO: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO / Ana
Clara Varela Borges;

Orientador: Ducineli Régis Botelho. -- Brasília, 2025.
50 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Ciências
Contábeis) -- aqui Universidade de Brasília, 2025.

1. Qualidade da Informação Contábil. 2. Desempenho
Financeiro. 3. IQIC. 4. Setor Elétrico. 5. Brasil. I. Régis
Botelho, Ducineli, orient. II. Título.

Professora Doutora Rozana Reigota Naves
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Marcio Muniz de Farias
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Tiago Araújo Coelho de Souza
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Francisca Aparecida de Souza
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor Edmilson Soares Campos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

ANA CLARA VARELA BORGES

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL *VERSUS* DESEMPENHO
FINANCEIRO: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia ou Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof.^a Dr.^a Ducineli Régis Botelho
Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Dr. Moacir Manoel Rodrigues Júnior
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

BRASÍLIA, DF
2025

*“A possibilidade de realizarmos um sonho
é o que torna a vida interessante.”*

O Alquimista, de Paulo Coelho.

AGRADECIMENTOS

Se esse trabalho existe, é porque ao meu redor sempre houve pessoas incríveis que me deram suporte, amor e coragem para seguir em frente.

Primeiramente agradeço a Deus, que me guiou até aqui, me deu forças nos dias difíceis e colocou no meu caminho as pessoas certas para que essa jornada fosse possível.

Aos meus pais, Maria de Fátima e Carlos Ribeiro, minha base em tudo. Vocês me deram não apenas a oportunidade de estudar, mas a certeza de que o conhecimento é o bem mais valioso que alguém pode carregar. Desde sempre, me mostraram que a educação abre portas, que o esforço vale a pena e que o mais importante é ter força de vontade e batalhar por aquilo que se quer. Com paciência infinita, carinho e amor incondicional, vocês estiveram ao meu lado em cada fase da minha vida, nos momentos bons e, principalmente, nos difíceis. Nunca me faltou apoio, nunca me faltou incentivo, nunca me faltou a sensação de que eu podia ir além, porque vocês sempre acreditaram em mim. Por tudo isso e por tanto mais, sou e sempre serei eternamente grata.

Aos meus irmãos, João Pedro e Maria Eduarda, que são uma parte essencial do que eu sou. Ser irmã mais velha de vocês é uma das maiores alegrias da minha vida. Ver vocês crescerem me enche de orgulho e felicidade. Vocês me fazem querer ser alguém melhor, e saber que sempre teremos uns aos outros é um conforto que palavras não conseguem descrever. Ter vocês na minha vida são um presente pelo qual serei eternamente grata.

Aos meus avós, que, com suas histórias e ensinamentos, me mostraram que o tempo passa, mas o que realmente importa é a perseverança e a força de vontade. À minha tia, que, com toda paciência (e correria de última hora!), me ajudou a revisar esse trabalho, garantindo que ele fizesse jus a todo o esforço dedicado.

À minha orientadora Ducineli, que soube ter paciência quando eu estava perdida e me ajudou a enxergar os caminhos que deveriam ser seguidos.

Aos meus amigos, que me ouviram nas madrugadas de insegurança, que celebraram comigo as pequenas vitórias e que, de alguma forma, tornaram esse percurso menos pesado.

Sou imensamente grata.

RESUMO

A qualidade da informação contábil é essencial para a análise do desempenho financeiro das entidades, pois auxilia na tomada de decisões de investidores e gestores. Este estudo investiga a relação entre a qualidade da informação contábil, medida pelo Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC), e o desempenho financeiro das empresas do setor elétrico listadas no Índice de Energia Elétrica da B3 (IEE B3). A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, analisando demonstrativos financeiros de 13 empresas presentes no IEE entre 2019 e 2023, com foco nos indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento, denominadas de tripé decisório. Os resultados indicam que empresas com maior qualidade na divulgação contábil apresentam, em geral, melhores indicadores financeiros. O estudo reforça a importância da qualidade da informação contábil para a tomada de decisão do setor elétrico e sua influência sobre a análise econômico-financeira das empresas.

Palavras-chaves: Qualidade da informação contábil. Desempenho financeiro. IQIC. Setor elétrico. Brasil.

LISTA DE QUADRO E TABELAS

Quadro 1 – Índices de Liquidez	19
Quadro 2 – Índices de Endividamento	20
Quadro 3 – Índices de Rentabilidade	21
Quadro 4 – Critérios IEE B3	24
Quadro 5 – Índice da Qualidade da Informação Contábil	25
Quadro 6 – Grupos de IQIC por empresa	28
Tabela 1 – IQIC por empresa	28
Tabela 2 – IQIC Médio	30
Tabela 3 – Respostas	31
Tabela 4 – Média Índices por Grupos	34
Tabela 5 – Média Índices por Empresas	36
Tabela 6 – Média Índices por Ano	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.3 OBJETIVO	11
1.4 DELIMITAÇÃO DE PESQUISA	12
1.5 JUSTIFICATIVA	12
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	14
2.1.1 Índice da Qualidade da Informação Contábil	16
2.2 DESEMPENHO FINANCEIRO	17
a) Índices de Liquidez	18
b) Índices de Endividamento	19
c) Índices de Rentabilidade	21
2.3 O SETOR ELÉTRICO E A INFORMAÇÃO CONTÁBIL	21
3 METODOLOGIA	24
3.1 PERFIL DA AMOSTRA	24
3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	25
3.2.1 Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC)	25
3.2.2 Indicadores de Desempenho entre os grupos	28
4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO	30
4.1 ANÁLISE IQIC	30
4.2 ANÁLISE DESEMPENHO FINANCEIRO	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE A – RESULTADO IQIC	46
APÊNDICE B – PERCENTIS E MÉDIA ÍNDICES	47

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A contabilidade é uma ciência social aplicada que tem como objetivo principal registrar e acompanhar as mudanças no patrimônio das empresas. Essas informações são essenciais para que gestores e demais interessados consigam analisar a situação financeira, controlar processos e tomar decisões com maior segurança (Moura, 2016). Como aponta Bender (2020), a contabilidade é responsável por registrar, medir e comunicar os eventos econômicos que envolvem as atividades empresariais, desempenhando um papel essencial na gestão eficiente dos recursos.

A qualidade da informação contábil vai além de números apresentados em relatórios. Ela está relacionada à capacidade dessas informações de serem úteis, confiáveis e relevantes para quem as utiliza. Lourenço (2016) destaca que as demonstrações contábeis têm como principal objetivo mostrar de forma clara e precisa a posição financeira de uma empresa. Essa clareza permite que diferentes públicos, como investidores e gestores, tomem decisões embasadas. Paula (2023) complementa que, para ser considerada de qualidade, a informação contábil deve refletir fielmente os resultados financeiros da empresa, como lucros ou prejuízos, auxiliando na compreensão de seu desempenho.

A informação contábil deve ser associada também ao seu caráter estratégico essencial nas organizações, por seu poder de fornecer aos gestores subsídios para o processo decisório eficiente e eficaz, permanecendo competitivas e organizadas. Com isso, Nascimento et al., (2023) concluíram que as informações contábeis exercem bastante influência nos resultados das empresas.

O desempenho financeiro é um reflexo direto de como a empresa gerencia seus recursos e conduz suas operações. Segundo Moura (2016), informações contábeis bem estruturadas fornecem aos gestores ferramentas para avaliar a saúde financeira da empresa, identificar possíveis problemas e traçar estratégias de melhoria. Dessa forma, as decisões tomadas a partir de dados confiáveis ajudam a impulsionar resultados positivos e a garantir uma gestão mais eficiente.

Além disso, um desempenho financeiro consistente fortalece a capacidade da empresa de cumprir obrigações, atrair investimentos e se manter competitiva no mercado. Favaron (2012) ressalta que o desempenho financeiro está diretamente ligado à sobrevivência e ao crescimento das organizações. Quando a contabilidade fornece dados detalhados e organizados, gestores conseguem monitorar indicadores como rentabilidade, liquidez e endividamento, elementos que ajudam a direcionar esforços para áreas mais estratégicas.

Outro ponto importante é que o desempenho financeiro não é apenas um número final; ele carrega em si todo o histórico de decisões tomadas com base em dados contábeis. Bender (2020) afirma que informações contábeis de qualidade podem fazer a diferença no mercado competitivo, porque permitem que as empresas reajam de maneira mais rápida e precisa às mudanças econômicas.

Gabriel (2011) explica que a contabilidade conecta dados internos das empresas com as análises feitas por públicos externos, como investidores e reguladores. Quando bem trabalhadas, essas informações possibilitam uma avaliação mais precisa do desempenho da empresa e contribuem para decisões que afetam sua sustentabilidade e competitividade.

Embora a contabilidade seja frequentemente associada a relatórios financeiros e balanços, há uma certa desconexão entre a qualidade da informação contábil e o impacto que ela tem sobre os resultados econômicos das empresas. Muitas vezes, o desempenho financeiro é mais relacionado a questões de Governança Corporativa do que à qualidade das informações contábeis propriamente ditas. Favaron (2012) destaca que a eficácia da análise das demonstrações financeiras depende da clareza e da transparência dos índices apresentados, que devem ser bem interpretados e analisados. Não basta apenas divulgar os dados financeiros; é crucial que eles sejam úteis e representem fielmente a realidade da empresa, como exige o CPC 00, sendo também comparáveis, verificáveis, tempestivos e compreensíveis.

Nesse sentido, as demonstrações financeiras são, de fato, um dos principais objetivos da contabilidade. Elas servem para informar os usuários sobre as transações e acontecimentos dentro da empresa, refletindo, por fim, seu valor de mercado e seu desempenho econômico-financeiro.

1.2 Problema de Pesquisa

Pela importância estratégica do setor elétrico para a economia brasileira e a necessidade de informações contábeis úteis e confiáveis em um ambiente regulado, este trabalho busca responder à seguinte questão: a qualidade das informações contábeis, medida pelo IQIC, tem relação ao desempenho financeiro das empresas do setor elétrico listadas no IEE B3?

1.3 Objetivo Geral

Analisar a relação entre a qualidade da informação contábil, medida pelo IQIC e o desempenho financeiro das empresas do setor elétrico listadas no IEE B3.

1.4 Delimitação de Pesquisa

Este estudo tem como teoria base a Qualidade da Informação Contábil, quantificada pelo Índice de Qualidade da Informação Contábil, proposto e desenvolvido por Gabriel (2011).

Com o Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC), o estudo tem como finalidade analisar os demonstrativos contábeis das empresas do setor elétrico presentes no Índice de Energia Elétrica da B3, no período de 2019 a 2023, e analisar a qualidade das informações constantes nessa amostra, entendendo a relação entre qualidade da informação contábil e o desempenho financeiro.

Para interpretar o desempenho financeiro das empresas, serão usados indicadores de endividamento, rentabilidade e liquidez, juntos formando o tripé decisório. Para o endividamento, o índice escolhido foi “Endividamento Geral”, para a rentabilidade o “Retorno sobre o Patrimônio Líquido” e para a liquidez, o índice de “Liquidez Geral”. Importante destacar que os índices devem ser interpretados de forma conjunta com o propósito de expressar o real desempenho da empresa (dados da base [©]Econômica e para validar a associação estatística entre os índices e as médias, foi aplicado o teste qui-quadrado sobre os grupos da amostra).

A amostra da pesquisa se limita as 15 empresas do setor de energia elétrica, listadas no Índice de Energia Elétrica (IEE B3), analisadas de 2019 a 2023. Esse índice (IEE B3) é composto por ações de empresas do setor elétrico que atendem a critérios específicos, como a liquidez, número de negociação, volume financeiro, relevância no mercado, além de critérios de transparência e governança. São elas: Alupar Investimento S.A., Auren Energia S.A., Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG), Companhia Energética do Ceará S.A. (COELCE), Companhia Paranaense de Energia S.A. (COPEL), CPFL Energia S.A., Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), Energisa S.A., Eneva S.A., ENGIE Brasil Energia S.A., Equatorial Energia S.A., Interconexión Eléctrica S.A. (ISA Energia), Neoenergia S.A., Serena Energia S.A. e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.(Taesa).

1.5 Justificativa

A realização deste trabalho se baseia na importância fundamental das informações contábeis de qualidade para a tomada de decisões financeiras e na relevância do setor elétrico para a economia brasileira. O setor elétrico, devido à sua relevância estratégica, é intensamente regulado, o que exige uma grande transparência e precisão nas informações financeiras divulgadas pelas empresas.

A contabilidade como produtora de informação tem um peso muito grande nas decisões de grandes empresas, e logo, no desempenho financeiro dessas. A presente pesquisa busca analisar a relação entre a qualidade da informação contábil, medida pelo IQIC e o desempenho financeiro das empresas do setor elétrico listadas no IEE B3.

O setor elétrico foi escolhido por sua importância e relevância do cenário brasileiro, e por ser um setor muito regulado e ter um grande fluxo de capital, necessita de uma melhor divulgação de resultados e um padrão de qualidade de informações mais alta que outros setores, o que ajudará a vincular a questão do padrão de qualidade das informações contábeis com o desempenho das empresas.

Embora a contabilidade desempenhe um papel crucial na gestão das organizações, a relação entre a qualidade das informações contábeis e o desempenho financeiro das empresas ainda precisa de investigações mais aprofundadas, especialmente no contexto de empresas do setor elétrico. A conexão entre essas duas variáveis pode fornecer informações importantes sobre como a qualidade da divulgação contábil pode refletir nos resultados financeiros, além de contribuir para a sustentabilidade das empresas no longo prazo.

A oportunidade de abordar o tema se deu pelo estudo de Gabriel (2011), o qual enfoca a relação entre a Qualidade da Informação Contábil e Governança Corporativa, desenvolvendo o índice utilizado no presente trabalho, o Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC). Em seu trabalho, Gabriel (2011) tem o objetivo de avaliar o impacto das práticas de governança corporativa sobre a qualidade da informação contábil.

Ao relacionar essas duas variáveis — a qualidade da informação contábil e o desempenho financeiro geral — dentro da amostra das empresas do setor elétrico listadas no Índice de Energia Elétrica (IEE B3), pretende-se ter um melhor entendimento de como elas funcionam lado a lado em companhias bem estruturadas e com um bom capital investido.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Qualidade da Informação Contábil

A informação contábil desempenha um papel crucial nas demonstrações contábeis, oferecendo dados concretos para a tomada de decisão dos usuários (Moura et al., 2017). Ao fornecer informações de qualidade, a contabilidade se estabelece como o principal instrumento para os tomadores de decisão, possibilitando que garantam o bom desempenho de suas organizações. Além disso, é de suma importância para os acionistas, pois permite uma interpretação precisa da situação da empresa.

A qualidade da informação contábil é um tema de extrema relevância, embora seja de difícil mensuração dentro da contabilidade. De acordo com Dechow, Ge e Schrand (2010), a informação contábil refere-se à capacidade de fornecer dados relevantes sobre a situação financeira e o desempenho de uma empresa, direcionados a decisões específicas de usuários específicos. Zittei (2021) complementa que a dificuldade de mensuração advém da natureza multifacetada e abstrata dos atributos que compõem a qualidade da informação contábil, o que torna sua avaliação um processo mais complexo. Portanto, por mais que a informação contábil seja algo bem definido dentro da contabilidade, o que chamamos de qualidade da informação contábil, é algo de maior nível de complexidade.

Um dos principais desafios enfrentados pela contabilidade é a ausência de uma definição precisa para o conceito de qualidade. As normas contábeis, fundamentadas em princípios e estruturadas com base em diretrizes de órgãos reguladores, como o *International Accounting Standards Board* (IASB), utilizam o conceito de “*true and fair view*” para descrever a qualidade das demonstrações contábeis. Contudo, essa definição permanece insuficientemente precisa (Gabriel, 2011). O “*true and fair view*”, com tradução literal de uma “visão verdadeira e justa”, propõe representar fielmente a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa de uma entidade, de forma compreensível e útil aos usuários. Mas por serem baseadas em definições abstratas, não há mensuração objetiva, dificultando a contabilização do que seria essa “qualidade”.

Além disso, a transição para normas internacionais de contabilidade, como as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ampliou a ênfase na qualidade das demonstrações financeiras, especialmente em relação à sua capacidade de proporcionar transparência e comparabilidade. Barth, Landsman e Lang (2008) demonstraram que a adoção das IFRS aumenta a relevância e a confiabilidade das informações contábeis, impactando positivamente as decisões dos usuários.

No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estabelece que a qualidade da informação contábil deve ser avaliada com base em características qualitativas, sendo considerada relevante apenas se for útil (Oliveira et al., 2014). Para ser útil, a informação contábil precisa apresentar relevância e fidedignidade, atributos que podem ser aprimorados por características como comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (CPC, 2019). Com essas características, a informação contábil consegue atingir um nível alto de qualidade, concretizando seu objetivo final perante seus usuários.

O IASB categoriza essas características qualitativas em dois grupos: fundamentais, que incluem relevância e representação fidedigna, e de melhoria, que abrangem comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (Nascimento et al., 2023). As características fundamentais são essenciais para que a informação seja útil, enquanto as de melhoria potencializam a sua usabilidade.

Lourenço (2016) ressalta que as características qualitativas fundamentais precisam ser sempre observadas, destacando que a informação contábil deve ser simultaneamente fiel e relevante. Além disso, deve ser disponibilizada antes que perca sua capacidade de influenciar os tomadores de decisão. Nesse contexto, não é possível garantir relevância sem tempestividade. A identificação e aplicação dessas características podem ser resumidas em: avaliar o potencial econômico de uma informação para os usuários, verificar se ela é relevante e fidedigna e assegurar sua disponibilidade em tempo hábil.

As características de melhoria têm como objetivo aumentar a utilidade da informação contábil, que já atende aos critérios de relevância e fidedignidade. Segundo Lourenço (2016), elas não seguem uma sequência fixa, sendo ajustadas ou reduzidas para maximizar outras características qualitativas. Essas características incluem:

- Comparabilidade: permite aos usuários identificarem similaridades e diferenças entre itens, facilitando análises longitudinais e transversais.
- Verificabilidade: assegura que as informações representem fielmente os fenômenos econômicos pretendidos.
- Tempestividade: disponibiliza informações em tempo hábil para influenciar decisões.
- Compreensibilidade: apresenta informações de forma clara para facilitar sua interpretação.

A aplicação dessas características, conforme enfatizado pelo CPC 00, contribui para que as demonstrações contábeis sejam ferramentas efetivas na geração de valor para os envolvidos,

em razão disso, é indispensável que as informações contábeis apresentem o máximo dessas características.

Gabriel (1999, apud Hendriksen & Van Breda, 2011) destaca que as características fundamentais têm maior peso na qualidade da informação contábil. Entre elas, relevância e representação fidedigna são consideradas principais devido à hierarquia estabelecida pela *Financial Accounting Standards Board* (FASB). Gabriel (2011) explica que esses atributos são gerais e indispensáveis para todos os usuários da informação contábil, sejam leigos ou especialistas. Isso porque a essência por trás da informação contábil vem das características fundamentais, por serem elas as principais responsáveis por deixar a informação contábil compreensível, transparente e confiável, permitindo a tomada de decisões adequadas, por meio de uma base sólida de representativa.

2.1.1 Índice de Qualidade da Informação Contábil

Com base nessa premissa, Gabriel (2011) desenvolveu o Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC), uma ferramenta para mensurar amplamente a qualidade da informação contábil. Esse índice busca capturar as características fundamentais da relevância e fidedignidade, indo além da análise da divulgação das informações.

Para construir o IQIC, foram formuladas doze perguntas baseadas em conceitos teóricos, evidências empíricas e normas contábeis, com certa influência normativa. Seis perguntas avaliam a representação fidedigna, enquanto as outras seis medem a relevância, pois na tese proposta por Gabriel (2011), ele defende que esses são os aspectos mais importantes para a determinação da qualidade da informação contábil. Cada resposta positiva adiciona 1 ponto, podendo somar 0,5 ponto em algumas questões específicas. O IQIC varia de 0 a 12, mas, para facilitar a interpretação, os resultados são ajustados em uma escala de 0 a 10. Quanto maior o índice, maior a qualidade da informação contábil da empresa.

Além disso, estudos como o de Lobo e Zhou (2001) demonstraram que a qualidade das informações contábeis impacta diretamente a percepção de risco dos investidores, reforçando a importância de ferramentas como o IQIC para análises no mercado de capitais.

A utilização do IQIC no Brasil é particularmente relevante devido à transição para normas contábeis internacionais e à intensificação das exigências regulatórias. No ambiente corporativo, aonde problemas como a assimetria informacional, e outros associados a riscos corporativos são muito relevantes, a qualidade das informações contábeis divulgadas é considerada um dos melhores mecanismos para reduzir problemas assim (Menezes et al., 2023). Estudos que analisam a relação entre qualidade das informações e desempenho financeiro são

cruciais para compreender o papel da contabilidade no desenvolvimento econômico e na eficiência organizacional.

2.2 Desempenho Financeiro

Mesmo que fatores não financeiros e intangíveis tenham a sua devida importância, e venham criando cada vez mais relevância no momento de avaliar organizações, o desempenho financeiro continua sendo para os usuários da informação contábil, uma das perspectivas mais importantes, uma vez que sintetiza o impacto das decisões da gestão na criação de valor (Teixeira; Amaro, 2013). Portanto, é normal que as demonstrações contábeis sejam consideradas o principal instrumento da contabilidade, uma vez que a interpretação do desempenho financeiro da organização está atrelada a essas.

Santos (2008) destaca que tradicionalmente, o desempenho financeiro se baseia na informação contábil presente nas demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxo de Caixa e as demais demonstrações presentes nos demonstrativos das empresas. A informação contida em todos esses instrumentos é essencial, uma fonte privilegiada de conhecimento (Teixeira; Amaro, 2013), que permite a extração de valores para uma análise mais aprofundada da realidade da empresa.

O desempenho financeiro é, então, o produto da análise das demonstrações financeiras, determinado pelo período passado, para diagnosticar seus resultados presentes, e produzir informações bases para a previsão de tendências futuras (Assaf Neto, 2020). Portanto, o desempenho financeiro reflete a capacidade de uma empresa em gerar resultados positivos, administrar recursos de forma eficiente e manter sua sustentabilidade operacional ao longo do tempo.

Assaf Neto (2020) conclui que com a análise das demonstrações financeiras, o que de fato se pretende avaliar, é o reflexo da tomada de decisões de uma empresa e como ela afeta sua liquidez, estrutura patrimonial e rentabilidade, elementos fundamentais para monitorar o progresso financeiro da organização e orientar decisões estratégicas. Esses aspectos oferecem uma visão clara sobre a capacidade da empresa em gerar valor para as partes interessadas e em enfrentar desafios econômicos.

Como já abordado, as demonstrações financeiras desempenham papel fundamental nesse processo, pois fornecem os dados necessários para a análise do desempenho financeiro das empresas. Elas são utilizadas por diversos usuários da informação contábil — como gestores, investidores e analistas — para interpretar a situação financeira das organizações. Essas demonstrações ajudam a evidenciar o desempenho passado, além de facilitar a

compreensão dos dados contábeis, permitindo a análise de fatores relevantes que impactam o desempenho da empresa (Silva, 2018).

A principal forma de medir o desempenho financeiro é transformando as informações presentes nas demonstrações contábeis em índices que irão refletir a saúde financeira dela. Peris (2017) utiliza o termo "termômetro" para descrever os índices financeiros, que, segundo a autora, permitem avaliar a situação econômico-financeira de uma empresa. Ela ressalta que, para uma interpretação adequada, esses índices devem ser analisados dentro de um contexto mais amplo, considerando a evolução ao longo do tempo e a comparação com outros indicadores financeiros. Portanto, a análise isolada de um único índice pode não fornecer uma visão completa da realidade financeira da empresa, sendo essencial uma abordagem integrada e comparativa.

A análise dos índices de forma conjunta é a forma mais correta de se ter uma visão completa da situação da empresa, o conceito do "tripé decisório" é utilizado afirmando que, ao analisar uma empresa sob os pilares da liquidez, endividamento e rentabilidade, é possível obter informações suficientes para compreender o funcionamento e o desempenho da organização. Com o tripé decisório é possível analisar a **situação financeira** (a capacidade de pagamento da empresa), **a estrutura de capital**, seja o capital dos proprietários ou outros financiadores (a entrada de recursos da empresa) e a **posição econômica** (envolvida com o lucro, a rentabilidade da empresa), sendo uma maneira ideal de apresentar o desempenho financeiro de organizações (Marion, 2019).

Iudicibus (2009) complementa que as análises dos índices devem ser feitas de forma conjunta, levando em consideração que os índices de liquidez e endividamento refletem o relacionamento entre contas do balanço patrimonial quando essas estão em “uma situação estática de posição de liquidez”, reafirmando que os quocientes perdem o significado caso não analisados conjuntamente, confirmando mais uma vez a importância de uma análise conjunta, e a validade do tripé decisório.

a) Índices de Liquidez

Os índices de liquidez são utilizados para compreender a capacidade de uma empresa em cumprir suas obrigações financeiras, ou seja, a capacidade da organização em saldar seus compromissos no curto e longo prazo (Marion, 2019). Esses indicadores oferecem uma visão sobre a gestão dos recursos disponíveis e a dinâmica financeira da organização. Ao mensurar a relação entre ativos e passivos, eles permitem analisar o equilíbrio entre as necessidades de

pagamento e a disponibilidade de recursos, auxiliando na identificação de desafios e oportunidades na administração financeira da empresa (Assaf Neto, 2020).

A liquidez está muito associada à velocidade da conversão de um ativo em dinheiro, e com a solvência de uma empresa, vinculada a capacidade da empresa em honrar seus compromissos (Campos; Costa; Canito, 2018), por isso é importante interpretar esses índices, evitando crises e garantindo a sustentabilidade do negócio, quanto menor a liquidez de uma empresa, maior a dificuldade para obter créditos e manter as operações, por outro lado, empresas com uma boa liquidez, são vistas como mais estáveis e seguras, visto que indicam que irão ter capital para cumprir seus compromissos. No Quadro 1 estão listados os principais índices de liquidez, além das fórmulas e como estes devem ser interpretados:

QUADRO 1 – ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Variável	Fórmula	Interpretação Teórica
Liquidez Corrente	$ILC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$	Usado para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, se a organização tem capacidade de saldar seus compromissos a curto prazo
Liquidez Seca	$ILS = \frac{(\textit{Ativo Circulante} - \textit{Estoque})}{\textit{Passivo Circulante}}$	A empresa encerrando suas vendas em algum momento, teria condições de quitar suas dívidas
Liquidez Geral	$ILG = \frac{(\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo})}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exig Longo Prazo}}$	Detectar a saúde financeira, quanto a liquidez, de longo prazo da organização
Liquidez Imediata	$ILI = \frac{\textit{Caixa e Equiv.} + \textit{Aplic.}}{\textit{Passivo Circulante}}$	O disponível imediato para saldar as dívidas de curtíssimo prazo

Fonte: Adaptado de Assaf Neto, 2020.

b) Índices de Endividamento

Os índices de endividamento avaliam a dependência da empresa em relação ao capital de terceiros, essenciais para medir a composição, ou seja, a estrutura, das fontes passivas da organização, mostrando quanto a empresa depende de capital de terceiros em relação ao seu próprio capital. Os índices de endividamento permitem também avaliar a capacidade da entidade em cumprir os compromissos e responsabilidades frente a credores (Assaf Neto, 2020). Em outras palavras, os índices ajudam a compreender o nível de endividamento da empresa e

se ela será capaz de pagar suas dívidas futuramente, podendo ser usados pelas partes interessadas para avaliar o risco de emprestar dinheiro para a organização.

O endividamento mostra o quão dependente a empresa é, e com os índices, pode-se entender se ela usa mais recursos próprios ou de terceiros para manter suas operações. Marion (2019) explica que antigamente, as empresas no Brasil usavam 70% de capital próprio e apenas 30% de terceiros, porém esse cenário mudou com muitas empresas operando com cerca de 60% de endividamento, mas que níveis de endividamento muito altos podem tornar a empresa vulnerável a crises e até mesmo dificuldade de obter novos credores.

Marion (2019) destaca ainda que, o endividamento se divide em tipos, sendo curto e longo prazo, e em qualidade da dívida, podendo ser boa ou ruim. Quanto ao tipo, os de curto prazo são os que serão pagas rapidamente, mas que se uma organização tem muitas desse tipo, pode ser difícil honrar seus compromissos em momentos de crise; já as de longo prazo, são normalmente usadas para expansão e modernização da empresa, e há mais tempo de gerar receita para quitá-la. Portanto, o endividamento em longo prazo seria o ideal, por permitir um melhor planejamento financeiro e menor risco.

A associação de dívida a algo ruim é normal, mas no mundo corporativo, nem sempre é esse o cenário. Marion (2019) enfoca em sua classificação e defende que há dívidas boas e ruins; dívida boa sendo usada para investimento na empresa, e ruim quando a dívida é feita para quitar outra dívida, normalmente de curto prazo e altos juros, criando um ciclo de endividamento. Logo, os índices de endividamento analisam de forma conjunta inúmeros fatores que são importantes na hora de julgar emprestar dinheiro a uma empresa, preservando o usuário.

No Quadro 2, os índices de endividamento estão listados e explicados:

QUADRO 2 – ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Variável	Fórmula	Interpretação Teórica
Participação de Capitais de Terceiros Sobre Recursos Totais	$PCRT = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{(\text{Cap. Terceiros} + \text{Cap. Próprio})}$	Representa qual a porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros
Garantia do Cap. Próprio ao Cap. De Terceiros	$GCPCT = \frac{\text{Cap. Próprio}}{\text{Cap. de Terceiros}}$	Cada X real de capital de terceiros há Y real de capital próprio como garantia

Composição de Endividamento	$CGE = \frac{Passivo\ Circulante}{Exigível\ Total}$	É a composição do endividamento total, associada a parcela que se vence a curto prazo
------------------------------------	---	---

Fonte: Adaptado de Marion, 2019.

c) Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade medem a eficiência da empresa em transformar recursos em lucro, portanto, pode-se dizer que mede a capacidade de geração de riqueza das organizações. As principais bases de comparação envolvem o ativo total, o patrimônio líquido e as receitas de vendas (Assaf Neto, 2020). Então, os indicadores de rentabilidade permitem analisar se a empresa está de fato lucrando de forma eficiente.

É normal associar a rentabilidade ao lucro, porém, como Marion (2019) diz, essa medida não deve ser analisada sozinha. A rentabilidade está ligada a três fatores principais: ativo total, patrimônio líquido e receita de vendas. Nos índices de rentabilidade, faz-se a ligação entre o lucro e o investimento e patrimônio líquido, dando uma visão mais confiável da real situação da organização, devendo ser interpretados de modo a entender o quanto a empresa consegue gerar de retorno a partir de seus recursos.

No Quadro 3, estão indicados os índices que na visão de Marion (2019) são os principais para a formação do tripé decisório.

TABELA QUADRO 3 – ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Variável	Fórmula	Interpretação Teórica
Taxa de Retorno sobre Investimento	$ROI = TRI = \frac{Lucro\ Líquido}{Ativo\ Total}$	Representa o poder de ganho da empresa, para cada R\$ 1,00 investido, há um ganho de X
Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido	$ROE = TRPL = \frac{Lucro\ Líquido}{Patrimônio\ Liq.}$	Expressa os resultados globais auferidos, em benefício dos acionistas

Fonte: Adaptado de Marion, 2019.

2.3 Setor Elétrico e Informação Contábil

A qualidade da informação contábil é um elemento essencial para garantir a transparência e a eficiência no processo de tomada de decisão por parte de investidores, reguladores e demais interessados. No contexto do setor de energia elétrica, essa qualidade adquire uma relevância particular devido ao papel estratégico do setor na economia e à

regulação intensa que caracteriza suas atividades. Para Lourenço (2016), o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a situação financeira de uma entidade, permitindo que diversos usuários, como investidores, gestores e outras partes interessadas, tomem decisões fundamentadas com base na análise de sua posição econômica e patrimonial.

O setor elétrico, como um dos mais importantes para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, fornece serviços essenciais para toda a população. Nesse contexto, torna-se indispensável que as informações divulgadas sejam úteis, confiáveis e fidedignas à realidade da empresa (Silva, 2020). A transparência das demonstrações contábeis contribui para a gestão eficiente das organizações, bem como para o fortalecimento da confiança dos investidores, da sociedade e de outros stakeholders no mercado financeiro.

O setor elétrico possui particularidades importantes em relação à divulgação de informações contábeis. Desde 1996, ele é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que normatiza e média interesses entre os usuários do serviço, o poder público e os investidores (Almeida, 2020). No entanto, a ANEEL concentra-se, primordialmente, em questões regulatórias, buscando manter o equilíbrio econômico-financeiro entre os agentes do mercado elétrico e atender à sociedade como principal usuária dessas informações (Suzart, 2012). Esse enfoque regulatório, embora eficiente no monitoramento setorial, inicialmente não dava atenção às questões societárias e à transparência das informações financeiras.

Com o incentivo da convergência às normas internacionais de contabilidade, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu, em novembro de 2006, o IFRIC 12, que tratava de Contratos de Concessão, impactando diretamente o setor elétrico. No Brasil, essa norma foi implementada por meio da Interpretação Técnica ICPC 01, tornando-se obrigatória a partir de 2010, com reflexos nos balanços publicados em 2011 (Gomes, 2012).

No entanto, a ANEEL identificou que a adoção do IFRIC 12 e das normas IFRS apresentava limitações para atender às demandas regulatórias e de fiscalização específicas do setor. Assim, em 2010, a agência estabeleceu a Contabilidade Regulatória por meio da Resolução Normativa nº 396, criando um sistema de dupla contabilidade para as empresas do setor. Em 2014, a Resolução Normativa nº 605 consolidou essa exigência, obrigando as empresas de distribuição e transmissão de energia elétrica a elaborar dois conjuntos de demonstrações financeiras: um relatório societário, seguindo as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e outro regulatório, de acordo com as normas da ANEEL.

A obrigatoriedade de preparar dois relatórios contábeis trouxe desafios significativos para as empresas do setor elétrico. Embora ambos os relatórios se refiram à mesma realidade econômica, as diferenças entre os sistemas contábeis societário e regulatório geram

divergências na conciliação de determinados grupos de contas. Essas disparidades podem resultar em inconsistências nos patrimônios e resultados apresentados pelas empresas, comprometendo o entendimento das informações e dificultando a tomada de decisão por parte dos usuários (Rocha, 2017).

Ainda que as características qualitativas das informações contábeis, como compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade, sejam similares em ambos os sistemas (Longo, 2019 apud Leite, 2012), as finalidades dos relatórios são distintas. O relatório societário destina-se principalmente a investidores, com foco na análise do desempenho econômico-financeiro das empresas. Já o relatório regulatório é voltado à sociedade e ao poder público, abordando questões como a gestão dos bens públicos concessionados e a formação das tarifas cobradas (Suzart, 2012). Essa dualidade atende a diferentes demandas de stakeholders, mas aumenta a complexidade do processo contábil.

A adoção de normas internacionais, como o IFRIC 12, buscou alinhar o Brasil às melhores práticas globais, promovendo maior comparabilidade e transparência nas demonstrações financeiras. Segundo Barth, Landsman e Lang (2008), as IFRS contribuem para a melhoria da qualidade da informação contábil, principalmente ao aumentar sua relevância e confiabilidade para os usuários. No entanto, a transição para essas normas trouxe desafios para setores regulados, como o elétrico, onde a necessidade de atender simultaneamente às exigências regulatórias e societárias gerou conflitos normativos e operacionais.

Com o objetivo de obter resultados mais claros e consistentes, a presente pesquisa utiliza apenas os relatórios das empresas do Índice de Energia Elétrica (IEE) da B3.

3 METODOLOGIA

3.1 Perfil da Amostra

A amostra deste estudo é composta por 13 empresas do setor de energia elétrica listadas no Índice de Energia Elétrica (IEE) da B3, classificando-se como um estudo quantitativo de natureza analítica. Este índice inclui as companhias: Alupar Investimento S.A, Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG), Companhia Energética do Ceará S.A. (COELCE), Companhia Paranaense de Energia S.A. (COPEL), CPFL Energia S.A., Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), Energisa S.A., Eneva S.A., ENGIE Brasil Energia S.A., Equatorial Energia S.A., Interconexion Eléctrica S.A. (ISA Energia), Neoenergia S.A e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa). Importante destacar que o IEE é composto por 15 empresas, incluídas Auren Energia S.A. e Serena Energia S.A., porém estas não foram usadas na amostra pelo período que estão ativas na B3, começando após 2019, impedindo assim a inclusão delas no estudo.

A escolha dessas empresas se deve ao fato de representarem as empresas mais negociadas do setor elétrico na B3, permitindo avaliar a relação entre a qualidade da informação contábil e o desempenho financeiro no mercado de capitais. Para a seleção das empresas participantes da IEE, a B3 segue uma metodologia desenvolvida pela mesma para avaliar quais empresas devem ou não participar do índice. O Quadro 4 apresenta os critérios usados pela B3 para determinar se uma organização entra do IEE.

QUADRO 4 – CRITÉRIOS IEE B3

Critério	Definição
Alto volume de negociação	A empresa precisa ter pelo menos 0,01% do volume financeiro total do mercado à vista nos últimos três períodos de análise. Isso significa que apenas empresas com grande movimentação na bolsa entram no índice.
Frequência das negociações	A empresa precisa estar presente em pelo menos 80% dos pregões (dias de negociação da bolsa). Isso elimina empresas que têm ações pouco negociadas.
Mínimo de negócios por dia	Se uma ação for negociada apenas ocasionalmente, ela não entra no índice.
Sem “Penny Stock”	Ou seja, empresas com ações de valor muito baixo, que podem indicar alto risco e baixa liquidez, são excluídas.
Setor de Energia Elétrica	Isso garante que apenas empresas genuinamente ligadas à geração,

	transmissão e distribuição de energia elétrica fazem parte do índice.
A ação mais líquida entra	Se uma empresa tiver mais de um tipo de ação negociada (exemplo: ON e PN), só a mais negociada entra no índice.

Fonte: Adaptado de B3, 2015.

Os dados utilizados neste estudo foram extraídos das demonstrações contábeis anuais publicadas pelas companhias dos últimos 5 anos, entre 2019 e 2023, bem como de indicadores financeiros disponíveis na plataforma Economática™. A análise considera o Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC), conforme a metodologia proposta por Gabriel (2011), e indicadores de desempenho financeiro, especificamente os que compõe o tripé decisório mencionado no item **2.2 Desempenho Financeiro**, abordando a liquidez, endividamento e rentabilidade, sendo escolhidos os índices: Liquidez Geral, Endividamento Geral e Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE).

3.2 Procedimento de Análise

3.2.1 Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC)

Para a apuração do índice, adaptou-se o conjunto de perguntas utilizadas por Gabriel (2011). Das 12 perguntas, foram selecionadas 9 por melhor atenderem ao objetivo final deste trabalho, apresentadas no Quadro 5.

QUADRO 5– ÍNDICE DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Pergunta	Justificativa	Critérios de Pontuação
1. O parecer do auditor independente é limpo?	Um parecer de auditoria limpo indica que as demonstrações contábeis indicam que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios e as práticas contábeis, tornando a informação mais confiável. Dechow e Scharand (2004, p.124) alertam que esse aspecto é importante, mas não o único como proxy de qualidade	1,0 – empresas que não apresentam parecer com ressalva, adverso, com abstenção de opinião ou com parágrafos de ênfase. 0,5 – empresas que apresentam parecer com parágrafo de ênfase. 0,0 – demais casos.
2. A firma de auditoria é uma das quatro maiores?	Francis et al. (2006, p.28) Dechow e Schrand (2004, p.69) e Braunbeck (2010) levantaram evidências apontando que a auditoria realizada por uma grande firma tem qualidade superior comparativamente àquela conduzida por uma firma menor, ajudando a	1,0 – empresas que têm o parecer elaborado por uma das seguintes firmas de auditoria: PricewaterhouseCoopers,

	produzir, em tese, uma informação contábil mais confiável.	Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young ou KPMG. 0,0 – demais casos
3. A companhia não reapresenta suas demonstrações contábeis na B3?	Baseando-se em Kinney et al. (2004) e Braunbeck (2010), a reapresentação das demonstrações contábeis, por exigência do órgão regulador ou espontânea, prejudica a confiabilidade da informação apresentada originalmente.	1,0 – empresas que não têm nenhum tipo de reapresentação (por exigência ou espontânea). 0,5 – empresas que têm reapresentação espontânea. 0,0 – demais casos.
4. A companhia também divulga suas demonstrações em IAS/IFRS?	A divulgação de demonstrações elaboradas de acordo com os princípios contábeis internacionalmente aceitos (IAS ou IFRS), proporciona informações mais confiáveis aos analistas estrangeiros.	1,0 – empresas que divulgam suas demonstrações de acordo com os IAS/IFRS. 0,0 – demais casos
5. A companhia divulga suas demonstrações dentro do prazo legal?	A divulgação das demonstrações fora do prazo legal prejudica a relevância da informação contábil, pois esta deve estar disponível ao tomador de decisão antes da perda de sua capacidade de influenciar a respectiva decisão.	1,0 – empresas que apresentam suas Demonstrações Financeiras Padronizadas anuais (DFP) até 31/03 do ano subsequente. 0,0 – demais casos.
6. A companhia divulga a Demonstração dos Fluxos de Caixa?	A divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que era opcional antes da promulgação da Lei 11.368/07, aumenta a relevância da informação contábil, pois auxilia o investidor na análise da entidade gerar caixa, na conciliação do lucro com caixa e na previsão de resultados futuros.	1,0 – empresas que divulgaram a Demonstração dos Fluxos de Caixa, antes da vigência da Lei 11.638/07. 0,0 – demais casos.
7. A companhia divulga a Demonstração do Valor Adicionado (DVA)?	Segundo Iudícibus et al. (2010, p.5), a DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa. Sua divulgação, que era opcional antes da promulgação da Lei 11.638/07, aumenta a relevância da informação contábil a outros agentes como: empregado, fornecedores e governo.	1,0 – empresas que divulgaram a Demonstração do Valor Adicionado, antes da vigência da Lei 11.638/07. 0,0 – demais casos.
8. A companhia divulga o montante gasto	A divulgação da remuneração fixa e variável paga aos executivos e ao conselho de administração aumenta a relevância da informação contábil, pois	1,0 – empresas que desagregam a remuneração dos conselheiros e

<p>com a remuneração fixa e variável desagregando o percentual pago aos executivos e ao conselho de administração?</p>	<p>permite aos investidores confirmar ou corrigiu suas expectativas acerca do desempenho da entidade e de seus administradores.</p>	<p>executivos, informando a remuneração fixa e variável. 0,5 – empresas que: (i)Desagregam, mas não informam a remuneração fixa e variável; ou (ii)Não desagregam, mas informam a proporção paga sob a forma fixa e variável. 0,0 – demais casos.</p>
<p>9. A companhia divulga o custo do capital próprio ou alguma mediana de lucro econômico?</p>	<p>Segundo Assaf Neto (2009, p.143), uma empresa cria valor quando oferece a seus proprietários de capital uma remuneração acima de suas expectativas mínimas de ganhos. Uma das limitações do lucro contábil é a não consideração do custo do capital próprio. Portanto, a divulgação do custo do capital próprio e/ou de alguma medida de lucro econômico propicia uma melhor análise do desempenho econômico-financeiro da entidade, aumentando a relevância da informação contábil</p>	<p>1,0 – empresas que apresentam o valor adicionado/destruído com base em alguma medida que leva em consideração o custo do capital próprio (EVA®, valor adicionado para o acionista, lucro residual etc.). 0,0 – demais casos</p>

Fonte: Adaptado de Gabriel, 2011.

Os dados obtidos com a pesquisa foram agrupados e analisados em três grupos, sendo eles: alto, médio e baixo organizados por faixas de desempenho quanto ao IQIC, para assim avaliar a associação entre a qualidade das informações contábeis e o desempenho financeiro das empresas. No Quadro 5, estão as perguntas, suas justificativas teóricas, empíricas e normativas, e o critério de pontuação. Cada pergunta varia de 0 a 1, com algumas podendo valer 0,5.

Com o resultado de cada relatório dos últimos 5 anos, obteve-se um resultado para cada empresa. Para classificar as empresas de acordo com o índice de qualidade da informação contábil, utilizou-se a metodologia de percentis, a qual divide a amostra (Quadro 6), em três categorias: Alta, Média e Baixa qualidade. Para calcular os percentis foram considerados o percentil 33% (P33) e o percentil 66% (P66), definindo os limites das categorias. Os valores de IQIC foram organizados e a fórmula do percentil foi aplicada. Sendo assim, definido que:

- Baixa qualidade: empresas cujo IQIC é menor que P33

- Média Qualidade: empresas com IQIC entre P33 e P66
- Alta Qualidade: empresas cujo IQIC é maior que P66

Os valores de P33 e P66 ficaram estabelecidos como: 7,22 e 7,78, respectivamente. As notas obtidas e a categorização das empresas são apresentadas na Tabela 1.

TABELA 1– IQIC POR EMPRESA

Empresas	IQIC – 0 a 10	CATEGORIA
ALUPAR	8	Alta
CEMIG	6,56	Baixa
COELCE	7,59	Média
COPEL	7,33	Média
CPFL	7,89	Alta
ELETROBRAS	7,56	Média
ENERGISA	7,56	Média
ENEVA	7,11	Baixa
ENGIE	7,78	Alta
EQUATORIAL	7,22	Baixa
ISA ENERGIA	6,78	Baixa
NEOENERGIA	7,78	Alta
TAESA	8,44	Alta

Fonte: elaboração própria, com coleta de dados de relatórios extraídos da B3.

3.2.2 Indicadores de desempenho entre os grupos

Para representar o desempenho financeiro da empresa, foram selecionados índices que participam do tripé decisório, representando a liquidez, rentabilidade e endividamento, sendo escolhidos: Liquidez Geral, Endividamento Geral e Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Tais dados foram retirados dos demonstrativos financeiros das empresas usando a ferramenta Economática™. Os índices foram organizados pelos grupos, alto, médio e baixo estabelecidos no resultado do IQIC, e ao final calculadas as médias gerais da amostra, as médias por grupo e as médias por ano de cada índice. No Quadro 6, há a divisão de empresas por grupos:

QUADRO 6 – GRUPOS DE IQIC POR EMPRESA

Alta – Grupo 1	Médio – Grupo 2	Baixo – Grupo 3
ALUPAR	COELCE	CEMIG
CPFL	COPEL	ENEVA
ENGIE	ELETROBRAS	EQUATORIAL
NEOENERGIA	ENERGISA	ISA ENERGIA
TAESA		

Fonte: elaboração própria

Para verificar se houve associação estatística significativa entre o IQIC e o desempenho financeiro das empresas, aplicou-se o teste qui-quadrado sobre a amostra. Com o teste, é possível observar a diferença entre os valores esperados e os observados, para verificar as diferenças encontradas, podendo ser homogêneas ou não, indicando a significância estatística do dado (Sharpe; Veaux; Velleman, 2011). O cálculo se dá pela Equação 1:

$$x^2 = \sum \frac{(Obs - Esp)^2}{Esp}$$

onde, “Obs” significa frequência observada e “Esp” frequência esperada. Para interpretar os resultados, determina-se que caso o valor do qui-quadrado for de menor significância, ou seja, dados homogêneos, a diferença entre os valores observados e esperados são pequenas, há a hipótese nula (não há relação entre IQIC e o desempenho financeiro das empresas). Caso o valor do qui-quadrado for significativo, sugere que há uma relação entre as variáveis.

Importante entender também que no teste qui-quadrado há os números de graus de liberdade, que indica quantas observações podem variar após fixar os totais, e é calculado como o número de empresas menos 1 ($k-1$, com “ k ” sendo o número de empresas). E para a conclusão e completa validação, é fornecido o valor-P, representando a probabilidade das diferenças encontradas terem ocorrido por acaso. Se o valor-P for menor que 5% (0,05), rejeita-se a hipótese nula, ou seja, conclui-se que há uma relação significativa entre IQIC e desempenho financeiro. Caso contrário, se o valor-P for maior que 5%, significa que as diferenças podem ter ocorrido ao acaso, e a hipótese nula não é rejeitada.

4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

4.1 Análise IQIC

A análise dos dados obtidos a partir do Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC) permite uma discussão quanto a qualidade das informações, principalmente nos aspectos de relevância e fidedignidade. O IQIC foi estruturado como forma de mensurar e permitir um entendimento mais quantitativo a respeito de como as informações financeiras são representadas. Com a aplicação do questionário de Gabriel (2011) nas 13 empresas propostas, os resultados foram diversos, mas no geral, positivos, com uma média de 7,51, como apresentado na Tabela 2.

TABELA 2 – IQIC MÉDIO

Empresas	IQIC – 0 a 10
ALUPAR	8
CEMIG	6,56
COELCE	7,59
COPEL	7,33
CPFL	7,89
ELETRORBRAS	7,56
ENERGISA	7,56
ENEVA	7,11
ENGIE	7,78
EQUATORIAL	7,22
ISA ENERGIA	6,78
NEOENERGIA	7,78
TAESA	8,44
Média	7,51

Fonte: elaboração própria

A qualidade da informação contábil é indispensável para a segurança dos usuários no momento de examinar a empresa (Moura; Zilotto; Mazzioni, 2016), portanto um bom índice de qualidade da informação contábil reflete como os usuários podem se sentir confiantes analisando os demonstrativos das empresas, e no cenário analisado, observa-se que as notas não tem uma discrepância exagerada, o que indica que as empresas presentes na amostra estão de acordo com as melhores práticas de transparência e conformidade regulatória.

Ainda pensando em como o principal objetivo da contabilidade é fornecer informações de qualidade, Oliveira, Muller e Nakamura (2020), defendem que ao transmitir informações para seus usuários de maneira transparente e compreensível, as organizações ajudam assim as partes interessadas nas tomadas de decisão, e isso reflete na pontuação do IQIC, pois empresas com maior pontuação tendem a transmitir informações contábeis mais confiáveis a seus usuários.

Como o IQIC visa medir o quanto a empresa analisada tem em aspectos quantitativos de qualidade em suas informações contábeis (Gabriel, 2011), interpreta-se que as empresas classificadas como de alta qualidade tendem a adotar melhores práticas de governança corporativa e controle interno, o que contribui para uma maior confiabilidade das informações prestadas. Por outro lado, as empresas com menor qualidade enfrentam desafios que podem afetar a percepção dos investidores e a eficiência na tomada de decisão.

Em relação as questões, algumas tiveram uma média máxima, como as questões 4, 6 e 7, ficando com pontuação de 1, provavelmente pela adoção e padronização das normas contábeis brasileiras com as IFRS, obrigatória a partir do encerramento do exercício de 2010, permitindo aos gestores adotarem políticas contábeis mais flexíveis, possibilitado reconhecer e mensurar os fatos contábeis de modo a refletir mais a realidade econômica das organizações (Sousa; Sousa; Demoier, 2016). Entretanto, a questão 9 ficou com média 0, sendo um aspecto não encontrado em nenhum dos relatórios explorados durante a pesquisa. Na Tabela 3 está a pontuação média de cada questão.

TABELA 3 – RESPOSTAS

Questão	Média das Respostas
1. O parecer do auditor independente é limpo?	0,84
2. A firma de auditoria é uma das quatro maiores?	0,98
3. A companhia não reapresenta suas demonstrações contábeis na B3?	0,72
4. A companhia também divulga suas demonstrações em IAS/IFRS?	1
5. A companhia divulga suas demonstrações dentro do prazo legal?	0,74
6. A companhia divulga a Demonstração dos Fluxos de Caixa?	1
7. A companhia divulga a Demonstração do Valor Adicionado (DVA)?	1
8. A companhia divulga o montante gasto com a remuneração fixa e variável desagregando o percentual pago aos executivos e ao conselho de administração?	0,52
9. A companhia divulga o custo do capital próprio ou alguma mediana de lucro econômico?	0

Fonte: elaboração própria

A auditoria das demonstrações contábeis tem como objetivo testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial de uma determinada área ou da organização, emitindo assim uma opinião a respeito do objeto de análise (Assis; Santos, 2021). Em relação a **questão 1**, a média de respostas obtida foi de 0,84, o que sugere que a maioria das empresas recebe pareceres limpos, ou seja, a opinião final do auditor em relação as demonstrações avaliadas têm aspecto positivo que reflete um grau satisfatório de conformidade com as normas contábeis vigentes (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

Nenhum dos pareceres analisados apresentou ressalvas ou abstenção de opinião, porém, foram identificados pareceres com parágrafo de ênfase. Conforme apontam Crepaldi e Crepaldi (2023), esse parágrafo é utilizado quando há incerteza sobre um fato relevante, mas que já está devidamente divulgado nas demonstrações contábeis, indicando que a amostra utilizada segue um alto padrão de fidedignidade com o que se pretende apresentar aos usuários.

A pontuação de 0,98 na **questão 2** demonstra que as empresas priorizam a contratação de firmas de auditoria de grande porte, reconhecidas por sua expertise e rigor nos processos de auditoria. Ngo, Tran e Ho (2020), em seus estudos acharam evidências de que quanto maior o capital estrangeiro dos investidores, maior a probabilidade da empresa escolhida para fazer a auditoria ser uma *Big Four*, mostrando o quão relevante é a escolha de uma firma de nome para até mesmo a captação de capital.

Além disso, as *Big Four* são as empresas de auditoria que apresentam maior competência técnica, dado a capacidade de recursos que elas têm para formar e especializar seus auditores (Barbosa, 2022). Dessa forma, reforça-se a importância da escolha de uma empresa de auditoria renomada, tanto pela sua capacidade técnica quanto pelo papel fundamental na garantia da qualidade e confiabilidade das informações prestadas às partes interessadas.

A **questão 3** trata da republicação das demonstrações contábeis, que consiste na revisão ou atualização das informações financeiras previamente divulgadas pela empresa (Barcellos, 2024). Esse processo é um indicador de baixa qualidade da informação contábil, podendo impactar diretamente a decisão dos investidores, uma vez que levanta dúvidas sobre a transparência e confiabilidade dos dados divulgados. Além disso, pode sinalizar possíveis manipulações e comprometer a percepção do mercado, afetando a credibilidade da empresa (Freire; Albuquerque Filho, 2022). A pontuação de 0,72 sugere que, apesar do cuidado na divulgação das demonstrações, algumas empresas ainda cometem erros ou necessitam de ajustes, levando à republicação, seja de forma voluntária ou por exigência regulatória.

A média de 1,00 na **questão 4** confirma a adesão integral das empresas às normas internacionais de contabilidade, e demonstra como as organizações se atentam e dão a devida significância a esse aspecto. Por ser algo de caráter obrigatório desde 2011, a divulgação das normas em IAS/IFRS são de extrema importância por permitir que os demonstrativos sejam também interpretados por interessados do exterior, deixando elas globalizadas e de fácil compreensão e entendimento por conterem o mesmo formato de divulgação.

A pontuação da **questão 5** de 0,74 revela que, embora a maioria das empresas cumpra os prazos de divulgação, ainda há um percentual significativo que não atende totalmente a essa

exigência. Para Gabriel (2011), a informação contábil deve estar disponível as partes interessadas em tempo hábil, para que ainda possa influenciar suas escolhas. Portanto, a falta do cumprimento do prazo legal interfere na relevância da informação contábil, reduzindo dessa forma, sua utilidade.

As **questões 6 e 7** obtiveram nota máxima, provavelmente devido à aderência das empresas às normas IFRS. No que se refere à Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), destaca-se que, mesmo antes de sua obrigatoriedade, algumas empresas já a divulgavam voluntariamente. Segundo Salotti e Yamamoto (2008), essa prática ganhou força por contribuir para a redução da assimetria informacional, evidenciando a relevância desse demonstrativo na transparência contábil.

Já a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como principal objetivo demonstrar a riqueza econômica gerada pela empresa e como ela é distribuída entre os diversos agentes que participaram de sua formação (Iudícibus et al., 2010). Esse demonstrativo amplia a relevância da informação contábil, proporcionando uma visão mais completa do impacto econômico da organização para suas partes interessadas.

A total adesão à divulgação tanto da DFC quanto da DVA reforça o compromisso das empresas em seguir os padrões regulatórios e aprimorar a transparência das informações contábeis, tornando-as mais confiáveis e acessíveis para investidores, reguladores e demais usuários da informação financeira.

A relação da remuneração dos diretores e sua evidenciação de forma completa, com os custos fixos e variáveis, está muito atrelada a problemas de custo de agência. Os sistemas de remuneração dos gestores são uma forma de alinhar seus interesses aos dos proprietários (Watts; Zimmerman, 1979, apud Souza; Cardoso; Vieira, 2017). Logo, a divulgação apropriada aumenta a relevância da informação contábil, permitindo aos investidores confirmarem ou corrigir suas expectativas quanto ao desempenho de seus administradores (Gabriel, 2011). Com isso, a pontuação da **questão 8**, de 0,52, mostra que há uma falta de atenção na questão de divulgação completa no formato de remuneração dos gestores.

A **questão 9** obteve nota 0, e aponta que nenhuma empresa da amostra divulga seu custo de capital próprio ou alguma medida de lucro econômico, demonstrando como essa divulgação ainda não é tratada com a devida relevância por parte das organizações, mas Gabriel (2011) defende que a divulgação do custo do capital próprio ou medida de lucro econômico ajuda na análise econômico-financeira das entidades, aumentando a relevância da informação contábil.

Com essa etapa do estudo, os resultados indicam um alto nível de conformidade com as normas contábeis, confirmados pelos pareceres limpos e pela adesão às IFRS. A escolha por

auditorias de grande porte pode representar a busca por credibilidade, entretanto a média um pouco menor quanto as republicações, indica algumas fragilidades internas das organizações.

A divulgação da remuneração dos gestores e do custo de capital próprio ainda é deficiente, limitando a transparência e a utilidade das informações para os investidores. Essa análise demonstra que apesar das organizações atenderem a tópicos importantes quanto a qualidade da informação contábil, ainda há espaço para o aprimoramento e diminuição de assimetrias de informação.

4.2 Análise Desempenho Financeiro

Após a coleta de dados dos índices por empresas, esses foram tratados e calculada a média geral da amostra, a média por grupo, e a média por ano de cada índice. A Tabela 4, apresenta as médias por índice de cada um dos grupos analisados.

TABELA 4 – MÉDIA ÍNDICES POR GRUPOS

	Endividamento Geral	ROE Médio	Liquidez Geral
Média Grupo 1	68,16	24,78	1,01
Média Grupo 2	65,78	14,04	0,98
Média Grupo 3	60,12	17,81	1,07
Média Geral	64,96	19,33	1,0202

Fonte: elaboração própria

Os índices de endividamento se representam como fator importante para que a empresa amplie suas operações (Correia; Ganzarolli, 2019). Esse índice informam a evolução do endividamento da organização, mostrando se a empresa mantém uma maior utilização de recursos próprios ou de terceiros. O endividamento geral indica quanto do ativo total da empresa está financiado por terceiros, portanto indica a quantidade da dívida, podendo ser alta, razoável e baixa (Marion, 2019). Quanto maior o índice, maior a dependência de financiamento externos, e maior o risco financeiro, quanto menor o índice, maior a participação de capital próprio e menor o risco, porém a falta de financiamento pode limitar o crescimento da empresa.

O grupo 1, é o que apresenta maior índice de endividamento geral, em 68,16, demonstrando, em relação a média geral de todos os grupos, de 64,96, que é o que com maior dependência de capital de terceiros, o que pode indicar uma estratégia de crescimento baseada em financiamento externo. O grupo 2, com endividamento em 65,78, fica próximo a média geral, o que pode sugerir uma amostra a qual as empresas têm um equilíbrio maior entre financiamento próprio e de terceiros, podendo ser vantajoso se a rentabilidade compensar o custo da dívida. O grupo 3, com o menor endividamento, ficando com 60,12, indica um empresas com um conservadorismo maior, privilegiando os recursos próprios e reduzindo sua

exposição ao risco financeiro, mas isso também pode limitar a capacidade de crescimento das organizações.

Quanto a rentabilidade, esse indicador é fundamental para evidenciar o retorno da organização em relação aos investimentos realizados, para a tomada de decisões a longo prazo (Melo; Borges, 2017). Marion (2019), usa “habilidade de gerar resultados” para definir a rentabilidade da empresa, demonstrando a importância desses indicadores para a análise financeira. O ROE indica o retorno sobre o capital investido pelos acionistas, dado pela razão entre o lucro líquido e patrimônio líquido. Martins, Diniz e Miranda (2018), apontam que ele é o mais importante dos indicadores de rentabilidade, visto que expõe a capacidade da organização de remunerar o capital investido pelos sócios.

Na análise do ROE, o grupo 1 se destaca, com um ROE de 24,78, com a maior rentabilidade entre os grupos, e superior a média de todas as empresas, indicando uma gestão eficiente na geração de lucro a partir do capital investido, e sugere uma boa gestão dos recursos financeiros, o que pode também estar vinculado a uma boa utilização de seu endividamento, favorecendo a alavancagem positiva. Por outro lado, o grupo 2 apresenta o menor retorno, ficando também abaixo da média geral, e indica dificuldades em transformar investimentos em resultados financeiros satisfatórios. O grupo 3 tem um ROE de 17,81, e é o intermediário entre os grupos, mas ainda assim fica abaixo da média geral de 19,33, sugerindo um retorno moderado. Esse resultado pode ser reflexo de uma abordagem que controla riscos e retornos.

O índice de liquidez geral, demonstra a capacidade da entidade em quitar suas dívidas, relacionando os ativos que podem ser convertidos em dinheiro no futuro, como o ativo circulante e o realizável a longo prazo, com as dívidas a serem pagas, englobando assim o passivo circulante e o não circulante (Campos; Costa; Canito, 2018). Para Santos (2017), é imprescindível conhecer esse índice, uma vez que é através dele que é possível verificar o estado da saúde financeira da empresa. O índice, quando maior que 1, indica que a empresa possui ativos suficiente para cobrir suas obrigações, já quando este é menor que 1, a empresa pode estar tendo dificuldades para quitar suas obrigações (Marion, 2019).

Com o exposto, é possível interpretar que o grupo 1, com liquidez geral de 1,01, está praticamente na média geral de todas as empresas, de 1,0202, o que indica um equilíbrio entre os realizáveis e dívidas, sugerindo estabilidade quanto a sua saúde financeira. O grupo 2, com a liquidez de 0,98, apresenta um índice abaixo de 1, inferindo que as organizações desse grupo podem ter dificuldades em converter seus ativos em recursos para quitar suas obrigações a longo prazo, aumentando o risco financeiro. Quanto ao grupo 3, de liquidez 1,07, ficando com o maior

índice entre os grupos, com uma situação financeira mais segura, destacando-se positivamente em relação a sua capacidade de honrar suas dívidas.

As médias individuais de cada empresa proporcionam uma visão mais minimalista a respeito da situação de cada grupo, elas são apresentadas na Tabela 5.

TABELA 5 – MÉDIA ÍNDICES POR EMPRESAS

	Endividamento Geral	ROE Médio	Liquidez Geral
ALUPAR	61,61	19,69	1,2701
CPFL	72,83	27,88	0,9106
ENGIE	77,72	32,55	0,5430
NEO	68,85	15,83	1,0363
TAESA	59,81	27,95	1,3143
Média Grupo 1	68,16	24,78	1,01
COELCE	66,88	12,28	1,1955
COPEL	56,03	14,44	0,9626
ELETROBRAS	58,96	8,22	0,9614
ENERGISA	81,26	21,24	0,8074
Média Grupo 2	65,78	14,04	0,98
CEMIG	62,61	20,37	0,9687
ENEVA	56,96	8,39	0,3954
EQUATORIAL	75,52	24,25	0,9376
ISA	45,39	18,23	1,9593
Média Grupo 3	60,12	17,81	1,07

Fonte: elaboração própria

No **Grupo 1**, composto por empresas com alto IQIC, há uma variação significativa nos índices financeiros. Apresenta o maior endividamento médio, que fica em 68,16, e as empresas que se destacam são ENGIE, com 77,72, e CPFL, com 72,83, operando com alta alavancagem. Por outro lado, a TAESA opera com 59,81, sugerindo uma abordagem mais conservadora. A rentabilidade do grupo é elevada, com ENGIE em 32,55, e TAESA com 27,95, com os maiores retornos. Quanto a liquidez geral, as empresas da amostra apresentam valores um pouco mais variados, com TAESA e ALUPAR em 1,31 e 1,27, respectivamente, indicando que tem condições de quitar suas dívidas, mas com a ENGIE, em 0,54, apontando dificuldade em cobrir suas obrigações financeiras.

No **Grupo 2**, composto por empresas de IQIC médio, as quais tem o endividamento médio de 65,78, a atenção especial é dada a ENERGISA, com endividamento de 81,26, e

liquidez de 0,8074, indicando vulnerabilidade financeira. A rentabilidade do grupo é a menor dos três, com ELETROBRAS e COELCE, em 8,22 e 12,28, respectivamente, com os piores desempenhos. A liquidez geral do grupo, abaixo de 1, mostra a dificuldade de cobrir as obrigações financeiras das empresas do grupo. Com exceção a COELCE, com 1,1955, mantendo um nível mais seguro quanto as suas dívidas.

Já no **Grupo 3**, de baixo IQIC, tem o menor endividamento (60,12), composto por empresas com propostas mais conservadoras, com destaque a ISA (45,39), que também possui maior liquidez, em 1,9593, e sugere que de fato, não há muitas dívidas com terceiros. A rentabilidade do grupo é intermediária, com a EQUATORIAL (24,25), tendo o melhor desempenho, e a ENEVA (8,39), com o pior. O grupo também tem a maior liquidez geral, mas o destaque negativo vai para ENEVA (0,3954), sugerindo uma instabilidade financeira.

TABELA 6 – MÉDIA ÍNDICES POR ANO

	Endividamento Geral	ROE Médio	Liquidez Geral
2019	62,96	18,51	1,0563
2020	64,02	22,50	1,0623
2021	65,39	22,56	1,0329
2022	66,69	16,79	0,9675
2023	65,72	16,29	0,9817
Média Geral	64,96	19,33	1,0202

Fonte: elaboração própria

A Tabela 6 demonstra a média de cada índice por ano, dando uma visão anual e gradual do desenvolvimento dos índices estudados na amostra do IEE. A análise dos índices ao longo dos anos revela uma tendência de crescimento do endividamento no setor elétrico, acompanhado por oscilações na rentabilidade e uma queda na liquidez.

O endividamento geral, que começou em 62,96 em 2019, atingiu seu ápice em 2022 (66,69) permanecendo elevado em 2023 (65,72), indicando uma maior dependência de capital de terceiros para financiar operações e investimentos. Esse aumento pode ser reflexo da necessidade de expansão e modernização da infraestrutura elétrica.

A rentabilidade (ROE médio de 19,33) teve um comportamento instável, com melhor desempenho em 2021 (22,56), mas com uma queda significativa entre 2022 (16,79) e 2023 (16,29). Isso sugere que, apesar do maior financiamento externo, o setor teve dificuldades em manter a eficiência na geração de lucros.

A liquidez geral, que se manteve acima de 1,05 nos primeiros anos, começou a cair a partir de 2021, ficando abaixo de 1,00 em 2022 e 2023, o que sinaliza uma maior dificuldade das empresas em cobrir suas obrigações financeiras no longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo **analisar a relação entre a qualidade da informação contábil e o desempenho financeiro das empresas do setor elétrico listadas no IEE B3, utilizando o Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC)** como medida da transparência e confiabilidade dos demonstrativos financeiros. A contabilidade, ao fornecer informações essenciais para tomada de decisão, tem um papel fundamental na avaliação da saúde financeira das empresas, sendo crucial para investidores, reguladores e demais partes interessadas.

A pesquisa buscou responder ao seguinte problema: **a qualidade das informações contábeis, medida pelo IQIC, está relacionada ao desempenho financeiro das empresas do setor elétrico listadas no IEE B3?** Sim, com todas as análises realizadas, constata-se que a qualidade das informações contábeis está relacionada ao desempenho das empresas do setor elétrico.

Para isso, foi realizada a análise dos demonstrativos contábeis de 13 empresas do setor elétrico entre 2019 e 2023, utilizando os índices de liquidez geral, endividamento geral e rentabilidade (ROE) como representações do desempenho financeiro. Os dados foram tratados estatisticamente, com a aplicação do teste qui-quadrado para verificar a associação entre as variáveis.

Os resultados do IQIC demonstraram que as empresas do setor elétrico apresentam uma média de 7,51 de 10, o que aponta uma boa qualidade na divulgação geral das informações contábeis, com grande aderência às normas IFRS, com as questões que tratavam sobre a convergência contábil sendo as de melhor pontuação. Foi identificado também uma ampla utilização de auditorias independentes de renome. A pontuação média das empresas evidenciou um alto nível de conformidade regulatória, mas algumas deficiências foram identificadas, como a falta de transparência na divulgação do custo de capital próprio, sem nenhuma empresa divulgando essas medidas, e uma displicência por parte das organizações quanto a estrutura de remuneração dos executivos, que são fatores relevantes para os investidores e podem impactar a tomada de decisão.

A análise dos índices financeiros revelou que empresas com maior qualidade da informação contábil tendem a apresentar melhores indicadores financeiros, reforçando a hipótese de que maior transparência está associada a um desempenho mais eficiente. O Grupo 1, formado por empresas com alto IQIC, apresentou a maior média de endividamento (68,16), mas também a maior rentabilidade (ROE de 24,78), sugerindo que essas empresas utilizam o

capital de terceiros de forma estratégica para trazer bons retornos. Já o Grupo 3, com menor qualidade da informação contábil, teve endividamento reduzido (60,12) e rentabilidade moderada (ROE de 17,81), indicando um perfil mais conservador, menos dependente de financiamentos externos, mas também com menor retorno sobre o capital.

A liquidez geral se mostrou relativamente equilibrada entre os grupos, com destaque para o Grupo 3 (1,07), sugerindo uma maior capacidade de cobertura de suas obrigações financeiras no longo prazo. Já o Grupo 2, com IQIC intermediário, apresentou os piores indicadores tanto de rentabilidade (ROE de 14,04), quanto de liquidez (0,98), sugerindo dificuldades na conversão de investimentos em lucros e na administração de seus passivos.

Apesar das contribuições, esta pesquisa apresenta algumas limitações. Primeiramente, a amostra foi restrita a 13 empresas do setor elétrico, o que limita a pesquisa para outros setores. Além disso, o período analisado de 2019 a 2023 pode não ser suficiente para capturar ciclos econômicos mais amplos e oscilações de longo prazo no desempenho financeiro dessas companhias, além de que a o IQIC foi desenvolvido bem próximo a data da convergência contábil, o que o deixa com algumas questões desatualizadas, como é o caso das relacionadas a adesão da IFRS.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se expandir a análise para outros setores da economia, permitindo comparações entre diferentes mercados e identificando padrões mais amplos. Além disso, seria interessante aprofundar o estudo da relação entre qualidade da informação contábil e o custo do capital, investigando como a transparência contábil influencia a percepção de risco e a atratividade das empresas no mercado financeiro. Outra possibilidade é a realização de estudos qualitativos, como entrevistas com investidores e gestores financeiros, para compreender melhor como a qualidade das informações contábeis influencia suas decisões estratégicas.

REFERÊNCIAS¹

ALCÂNTARA CAMPOS, M. L.; NAZARÉ, S. R. M.; FRANÇA, J. A. Análise do desempenho econômico-financeiro de empresas brasileiras nos períodos pré e durante a pandemia do COVID-19. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 22., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA/USP, 2022.

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

ASSIS, Renan Barabanov de; SANTOS, Ariovaldo dos. Análise dos relatórios de auditoria dos clubes brasileiros. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 25, n. 2, p. 121-139, 2021.

B3. Metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial (IEE). Abril, 2015. Disponível em: <https://www.b3.com.br>.

BARBOSA, Ricardo Jorge Ramos. **Os Fatores Influenciadores na Escolha da Empresa de Auditoria: As Big Four**. 2022. Tese de Doutorado. Instituto Politecnico do Porto (Portugal).

BARCELLOS, Limeidior Oreste. **Republicação das demonstrações contábeis de companhias brasileiras: estudo do impacto no preço das ações**. 2024. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – UNISINOS, Porto Alegre, 2024.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467–498, 2008. DOI: 10.1111/j.1475-679X.2008.00299.x.

BENDER, A.; SILVA, R. F. Informação contábil: uma ferramenta para a tomada de decisão / Relevance of accounting information for decision making in Francisco Beltrão enterprises. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 39654–39666, 2020. DOI: [10.34117/bjdv6n6-490](https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-490).

CAMPOS, M. F. D.; COSTA, M. J. G.; CANITO, A. R. R. Análise de balanço: uma discussão sobre as limitações na interpretação dos índices de liquidez. **Negócios em Projeção**, v. 9, n. 1, p. 316–328, 2019.

CASIMIRO DE OLIVEIRA, F. D.; FERREIRA BATISTA, F.; ALBUQUERQUE, L. S.; CIRNE, G. M. P. Características qualitativas da informação contábil: um estudo da percepção dos concludentes do curso de Ciências Contábeis da UFCG. Reunir: **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 96–112, 2014. DOI: 10.18696/reunir.v4i2.216.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2). São Paulo: CPC, 2019. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro. Conselho Federal de Contabilidade, 2019.

- CORREIA, Alisson Gomes; GANZAROLLI, Tiago Figueiredo de Moura. Endividamento e Alavancagem Financeira. ID on line. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 43, p. 593-613, 2019.
- CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.253. ISBN 9786559775002.
- DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2, p. 344–401, 2010.
- FAVARON, F. L. L.; SANTOS, N. M. B. F.; SANTOS, R. F. Desempenho financeiro das empresas do setor de energia elétrica: um estudo com as empresas participantes do Prêmio Nacional da Qualidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2013. **Anais [...]**.
- FREIRE, Maria Macileya Azevedo; ALBUQUERQUE FILHO, Antonio Rodrigues. Influência da responsabilidade social corporativa na qualidade das demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 21, p. 1-17, 2022.
- GABRIEL, F. **Qualidade da informação contábil e análise de sua relação com a estrutura de governança corporativa das firmas no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- GABRIEL, F.; SILVEIRA, A. Di M. Qualidade da informação contábil e análise de sua relação com a estrutura de governança corporativa das firmas no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: EAC/FEA/USP, 2011.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LOBO, G. J.; ZHOU, J. Disclosure quality and earnings management. **Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics**, v. 8, n. 1, p. 1–20, 2001.
- LOURENÇO, L. M. G.; SOUZA FRANCISCO, J. R. Análise da qualidade da informação contábil das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. In: SEGeT – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2016, Resende. **Anais [...]**.
- MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, J. G. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.
- MELO, F. C.; BORGES, L. J. Análise do desempenho econômico-financeiro pré e pós fusão através de indicadores de rentabilidade e endividamento: um estudo de caso na LATAM Airlines. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: CBC, 2017
- MENEZES TEODÓSIO, I. R.; TRINDADE MEDEIROS, J.; VASCONCELOS, A. C. de; DE LUCA, M. M. M. Qualidade das informações contábeis e risco sistemático no mercado

acionário brasileiro. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 22, p. e3357, 2023. DOI: 10.16930/2237-766220233357.

MORENO, Luisa; MORCILLO, André. **Teste do Qui-Quadrado**. Texto de apoio à disciplina de Introdução à Bioestatística do curso de pós-graduação em Saúde da Criança e do Adolescente da FCM/Unicamp, 2020. DOI: 10.11606/s1518-

MOURA, G. D. de; ZILLOTTO, K.; MAZZIONI, S. Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 10, n. 27, p. 17–30, 2016. DOI: [10.11606/rco.v10i27.107810](https://doi.org/10.11606/rco.v10i27.107810).

NASCIMENTO, P. R. S.; LEITÃO, C. R. S. Percepção dos auditores das Universidades Federais brasileiras sobre a qualidade da informação contábil. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 22, n. 43, 2023. DOI: 10.48075/revistacsp.v22i43.31415.

NGO, M. T.; TRAN, T. B. Y.; HO, K. L. Determinants of the choice of a big four auditor in the Vietnamese stock market. **Accounting**, v. 6, n. 5, p. 671–680, 2020.

PAULA, Denys Mendes de. **Qualidade da informação contábil e as reservas de caixa: evidências do mercado brasileiro**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

PERIS, Renata Wandroski. **Análise do desempenho do setor elétrico no Brasil - 2010 a 2015**: 2010 a 2015. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Raquel Damacena et al. O que pensam os reguladores sobre as diferenças da contabilidade societária e regulatória no setor elétrico no Brasil após a emissão da OCPC 08. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 224, p. 46-61, 2017.

SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 19, n. 48, p. 37-49, 2008.

SANTOS, António J. R. **Gestão Estratégica** – Conceitos, modelos e instrumentos. Lisboa: Escolar Editora, 2008.

SHARPE, N. R.; VEAUX, R. D. D.; VELLEMAN, P. F. **Estatística Aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: **Cengage Learning Brasil**, 2018.

SOUSA, Erivelto Fioresi de; SOUSA, Anderson Fioresi de; DEMONIER, Gladyson Brommonschenkel. Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no Conservadorismo Contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2016. DOI: 10.17524/repec.v10i2.1290.

SOUZA, Paulo Vitor Souza de; CARDOSO, Ricardo Lopes; VIEIRA, Simone Silva da Cunha. Determinantes da remuneração dos executivos e sua relação com o desempenho

financeiro das companhias. REAd. **Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 23, n. spe, p. 4-28, 2017.

TEIXEIRA, Nuno Miguel Delicado; AMARO, António Gerson Cabral. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO FINANCEIRO E DA CRIAÇÃO DE VALOR – UM ESTUDO DE CASO. **Revista Universo Contábil**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 157–178, 2013. DOI: 10.4270/ruc.20139.

VALMORBIDA, S. M.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R. Integração entre Contabilidade Gerencial e Estratégia Organizacional. **Gestão & Produção**, v. 24, n. 2, p. 223–238, 2017.

APÊNDICE B – PERCENTIS E MÉDIA ÍNDICES

Empresas	IQIC	Categoria
ALUPAR	8	Alta
CEMIG	6,56	Baixa
COELCE	7,59	Média
COPEL	7,33	Média
CPFL	7,89	Alta
ELETROBRAS	7,56	Média
ENERGISA	7,56	Média
ENEVA	7,11	Baixa
ENGIE	7,78	Alta
EQUATORIAL	7,22	Baixa
ISA	6,78	Baixa
NEO	7,78	Alta
TAESA	8,44	Alta

Baixa	Média	Alta
CEMIG	COELCE	ALUPAR
ENEVA	COPEL	CPFL
EQUATORIAL	ELETROBRAS	ENGIE
ISA	ENERGISA	NEO
		TAESA

7,3256

7,7648

MÉDIA 2019-2023 - Grupo 1

	ENDV GERAL	ROE MÉDIO	LÍQUIDEZ GERAL
ALUPAR	61,61	19,69	1,2701
CPFL	72,83	27,88	0,9106
ENGIE	77,72	32,55	0,5430
NEO	68,85	15,83	1,0363
TAESA	59,81	27,95	1,3143
Média G1	68,16	24,78	1,01

MÉDIA 2019-2023 - Grupo 2

	ENDV GERAL	ROE MÉDIO	LÍQUIDEZ GERAL
COELCE	66,88	12,28	1,1955
COPEL	56,03	14,44	0,9626
ELETROB	58,96	8,22	0,9614
ENERGISA	81,26	21,24	0,8074
Média G2	65,78	14,04	0,98

MÉDIA 2019-2023 - Grupo 3

	ENDV GERAL	ROE MÉDIO	LÍQUIDEZ GERAL
CEMIG	62,61	20,37	0,9687
ENEVA	56,96	8,39	0,3954
EQUATORIAL	75,52	24,25	0,9376
ISA	45,39	18,23	1,9593
Média G3	60,12	17,81	1,07

ENDV GERAL	ROE MÉDIO	LÍQ GERAL
64,96	19,33	1,02

APÊNDICE C – CÁLCULO QUI-QUADRADO

Grupo 1 - Alto IQIC - Cálculo Qui-Quadrado											
								Graus de Liberdade	4	Valor Crítico	9,487729037
Índices		ALUPAR	CPFL	ENGIE	NEO	TAESA		Soma Obs			
	Obs.	61,61	72,83	77,72	68,85	59,81		340,82			
end	Esp.	59,90	73,72	80,39	62,19	64,62			soma qui. End		Valo p
	χ^2	0,05	0,01	0,09	0,71	0,36					0,247477
roe	Obs.	19,69	27,88	32,55	15,83	27,95		123,90		soma qui. Roe	
	Esp.	21,78	26,80	29,22	22,61	23,49					
	χ^2	0,20	0,04	0,38	2,03	0,85					3,50
liq	Obs.	1,2701	0,9106	0,5430	1,0363	1,3143		5,07		soma qui. Liq	
	Esp.	0,89	1,10	1,20	0,93	0,96					0,69
	χ^2	0,16	0,03	0,36	0,01	0,13					
								Soma Geral	Qui geral	5,41	
		Soma Obs	82,5675	101,6157	110,8127	85,7193	89,0787	469,7939			

Grupo 2 - Médio IQIC - Cálculo Qui-Quadrado											
								Graus de Liberdade	3	Valor Crítico	7,814727903
Índices		COELCE	COPEL	ELETROB	ENERGISA			Soma Obs			
	Obs.	66,88	56,03	58,96	81,26			263,13			
end	Esp.	65,42	58,15	55,47	84,10				soma qui. End		Valo p
	χ^2	0,03	0,08	0,22	0,10						0,42
roe	Obs.	12,28	14,44	8,22	21,24			56,17		soma qui. Roe	
	Esp.	13,97	12,41	11,84	17,95						
	χ^2	0,20	0,33	1,11	0,60						2,24
liq	Obs.	1,1955	0,9626	0,9614	0,8074			3,93		soma qui. Liq	
	Esp.	0,98	0,87	0,83	1,26						0,24
	χ^2	0,05	0,01	0,02	0,16						
								Soma Geral	Qui geral	2,91	
		Soma Obs	80,3570	71,4344	68,1353	103,3057		323,2324			

Grupo 3 - Baixo IQIC - Cálculo Qui-Quadrado											
								Graus de Liberdade	3	Valor Crítico	7,814727903
Índices		CEMIG	ENEVA	EQUATORIAL	ISA			Soma Obs			
	Obs.	62,61	56,96	75,52	45,39			240,48			
end	Esp.	63,89	50,04	76,64	49,91				soma qui. End		Valo p
	χ^2	0,03	0,96	0,02	0,41						0,073519
roe	Obs.	20,37	8,39	24,25	18,23			71,23		soma qui. Roe	
	Esp.	18,92	14,82	22,70	14,78						
	χ^2	0,11	2,79	0,11	0,80						3,81
liq	Obs.	0,9687	0,3954	0,9376	1,9593			4,26		soma qui. Liq	
	Esp.	1,13	0,89	1,36	0,88						1,73
	χ^2	0,02	0,27	0,13	1,31						
								Soma Geral	Qui geral	6,95	
		Soma Obs	83,9458	65,7445	100,7044	65,5789		315,9736			